

Veículo: <u>O NACIONAL</u>		Data: <u>21/06/07</u>		Quadrante
Página: <u>11</u>	Fonte Citada:	<input type="checkbox"/> Dirigente	<input checked="" type="checkbox"/> Pesquisador	
Composição gráfica		<input type="checkbox"/> Sem citação	<input type="checkbox"/> Chefe	<input type="checkbox"/> Outros empregados
<input type="checkbox"/> Somente texto	<input checked="" type="checkbox"/> 02 elementos gráficos	<input type="checkbox"/> 04 elementos	Presença do nome	
<input type="checkbox"/> 03 elementos gráficos	<input type="checkbox"/> 05 ou mais elementos	<input type="checkbox"/> Capa	<input type="checkbox"/> Citação	
Gênero		<input type="checkbox"/> Manchete	<input checked="" type="checkbox"/> Destaque no texto	
<input checked="" type="checkbox"/> Artigo	<input type="checkbox"/> Crônica	<input type="checkbox"/> Entrevista	<input type="checkbox"/> Titulo	<input checked="" type="checkbox"/> Rodapé/Legenda
<input type="checkbox"/> Editorial	<input type="checkbox"/> Nota informativa	<input type="checkbox"/> Nota Opinitiva	<input type="checkbox"/> Reportagem	
<input type="checkbox"/> Carta ao leitor	<input type="checkbox"/> Notícia			

Mais além da tecnologia



Gilberto Cunha

Chefe-geral da Embrapa Trigo, pesquisador do CNPq e membro da Academia Passo-Fundense de Letras

S T O Q U S S

Os entraves para a expansão do cultivo de trigo no Brasil (embora existam) não são de base tecnológica. Temos ambiente natural, estrutura de produção, tecnologia própria, produtores experientes e mercado para trigo. No entanto, não produzimos nem a metade do nosso consumo anual, que já ultrapassa as 10 milhões de toneladas. Cabe então a investigação: Por quê?

Explicações (aparentemente) não faltam para justificar a posição do Brasil como o maior importador mundial de trigo. Muitas são as mesmas há anos. Outras surgem a cada novo tempo (nesse grupo, a entrada de farinha argentina com incentivos do país vizinho, via imposição de exportação). Em comum, busca de "culpados", quase sempre, fora dos atores que de-

sempenham os papéis principais nos diferentes segmentos que compõem a cadeia de produção de trigo no Brasil. Ou, quando não, configurando-se em mera "transferência" de responsabilidades que, não raro, culminam em pedidos de proteção ao Estado.

Há que se entender melhor a cadeia do trigo no Brasil, para o embasamento de iniciativas que efetivamente possam implicar em mudanças de perspectiva. Começando com a concentração da produção e do consumo. Trigo no Brasil é produzido, principalmente, em dois estados da federação: Paraná e Rio Grande do Sul (92% da produção nacional). Embora também se cultive trigo em Santa Catarina, em São Paulo, no Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais, em Goiás e no Distrito Federal (e em menor escala ainda, em Mato Grosso e no sul da Bahia). E, por densidade populacional e padrão de consumo, a produção de farinha é distribuída da seguinte forma (aproximada): no Sudeste (42%), no Sul (31%), no Nordeste (22%), no Centro-Oeste (3%) e no Norte (2%).

A análise do exposto demonstra que há necessidade de deslocamento interno do trigo brasileiro das zonas de produção (maioria no Sul) para os centros de consumo (Sudeste e

Nordeste). Aí já começa um dos entraves não tecnológicos, envolvendo logística inadequada e falta de uma melhor estrutura de transporte, particularmente marítima (com privilégio da cabotagem para navios de bandeira brasileira e taxas de renovação de frota), que encarecem o trigo nacional. E isso é algo evidente no caso do trigo gaúcho, admitindo-se uma capacidade instalada de moagem e mais a necessidade de reserva de sementes no RS da ordem de um milhão de toneladas. E que, pelas mais diversas razões (qualidade tecnológica para misturas, vantagens financeiras, prazos de pagamento etc.) os moinhos do estado importam anualmente ao redor de 400 mil toneladas de trigo, torna-se elementar concluir que tudo o que produzirmos acima de 600 mil toneladas deverá ser colocado no mercado fora das nossas fronteiras. O estado do Paraná, pela proximidade com o Sudeste e ICMS diferenciado para trigo, leva vantagem nesse particular. Por isso é que os segmentos da produção costumam apelar para a manutenção e ampliação de mecanismos de apoio à comercialização (PEP, por exemplo) e equiparação de tributos entre os estados nas operações que envolvem trigo (coisa que não é praticada hoje).

Também a segmentação do

mercado brasileiro de trigo, destino das farinhas merecem consideração. Em números aproximados, trigo no Brasil usado nas seguintes proporções para panificação (para uso doméstico (17%), produção de massas alimentícias (fabricação de biscoitos (11%) e outros (2%). Esses números vêm de indicativos para a modernização da produção internacional com base na genética das variedades (classe comercial), características do ambiente e práticas de manejo da cultura no processamento pós-colheita. Sem levar isso em conta, não conseguiremos criar identidade para o trigo brasileiro com orientação para o mercado (tanto interno quanto internacional). Por exemplo, tentar para a exigência da indústria de ter um produto livre de insetos (e outros resíduos estranhos) e com classe comercial definida (não praticada em culturas de trigo diferentes).

A moagem efetiva de trigo no Brasil anda na ordem de 10 milhões de toneladas (e não a capacidade instalada de 20 milhões). Isso, frente a perspectiva de uma safra brasileira de 2007, que deve girar ao redor das 4 milhões de toneladas, define o tamanho da necessidade das nossas importações. Especialmente este ano, diante de um cenário de estoques m-

os baixos e preços aquecidos, não se pode considerar que produzir trigo no Brasil seja um mau negócio. Não é mau negócio para o produtor (pelas muitas e diversas razões; desde redução de custos fixos da propriedade, redução de renda no inverno, não exigir ativos específicos etc.) e nem para quem atua no comércio de trigo (cooperativas, acionistas etc.), pois, levando em conta o preço mínimo praticado para o produtor e o que efetivamente paga a indústria, poucos negócios proporcionam margem de ganho igual ao trigo (considerações de escala à parte).

Importar trigo não é proibido e nem pecado. Como também não o é vender trigo para o mundo (exportar). Os desafios para a construção de uma nova triticicultura brasileira vai exigir a superação de obstáculos que vão além das questões meramente tecnológicas. Começando pela luta para "derrotar" cenários pessimistas, tanto de instituições internacionais quanto de órgãos oficiais nossos, que sinalizam, para os próximos dez anos, que o Brasil, junto com o Egito, a Argélia e o Japão serão os maiores países importadores de trigo. A Embrapa está empenhada para que essas projeções se configurem como falsas. E que assim seja!